

1 ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS DA  
2 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada aos dezenove dias do mês de novembro  
3 do ano de dois mil e treze, às nove horas e cinquenta e três minutos, no Salão de  
4 Atos da Universidade de Brasília, com a presença dos Conselheiros: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>  
5 GARDÊNIA DA SILVA ABBAD – Decana de Gestão de Pessoas e Presidente da  
6 Câmara de Gestão de Pessoas; AUGUSTO CÉSAR DE MENDONÇA BRASIL/FGA;  
7 ANA LÍDIA GOMES GAMA/FCI; DIANA LÚCIA MOURA PINHO/FCE; EDGAR  
8 MERCHAN HAMANN/FCS; ELIZABETH MARIA MAMEDE DA COSTA/FUP;  
9 ELIZÂNIA DE ARAÚJO GONÇALVES/FE; JURANDIR RODRIGUES DE SOUZA/IQ;  
10 LUANA CRISTINA DE MELO VARGAS/IdA; MÁRCIA TEREZINHA LONGEN  
11 ZINDEL/FT; MARILDE LOIOLA DE MENEZES/IPOL; MÔNICA REGINA  
12 PERES/FCI; e YOLANDA GALINDO PACHECO/FM. Compareceram como  
13 convidados: LILIANE S. FERREIRA DOS SANTOS/ATENS e PERLA ALVEZ  
14 MOTTA SANTOS/ATENS. Justificaram a ausência os Conselheiros: ANTÔNIO  
15 CÉSAR DE OLIVEIRA GUEDES/SINTFUB; EDVALDO BÉRGAMO/IL; MÁRCIA  
16 NIEDERAUER/IL; MARIA IVONEIDE DE LIMA BRITO/SINTFUB; ROGÉRIO  
17 MARZOLA/SINTFUB; e SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA/FDD. Aberta a  
18 Sessão, a Presidente deu as boas vindas a todos e prosseguiu com os Informes e  
19 em seguida com a Pauta conforme segue. A presidente falou da brevidade da  
20 chegada dos novos servidores e da necessidade de novas regras, como a  
21 reformulação de procedimentos como o de estágio probatório e de remoção. Quanto  
22 à flexibilização, citou que até 15 de dezembro o DGP avaliará todos os pedidos das  
23 unidades/centros de custos. Destacou que a Comissão de Flexibilização já iniciou  
24 seus trabalhos. Informou que necessitará reformular a comissão com a inclusão de  
25 um servidor para substituir uma servidora cedida e dois suplentes para os  
26 representantes dos sindicatos, por dificuldades em realizar suas reuniões com  
27 quórum. **1. Informes Gerais: 1.1 Grupos de Trabalho: 1.1.1 Resolução da**  
28 **Reitoria n. 0099/2013** – Analisar os processos de pagamentos de contraprestação  
29 de serviços; auxílios financeiros a estudante e a pesquisa na forma de bolsa de  
30 estudo, pesquisa e extensão; e de pagamento de GECC. **Composição:** servidores  
31 do DGP e DAF. Coordenadora: Marta Emília Teixeira (DAF), membros: Karla  
32 Kristine Correia Ameno (PJU); Vânia Fonseca Vieira (DPA/DAF) e Gustavo de  
33 Oliveira Costa (DGP). Quanto ao tema a presidente citou que os processos de  
34 contraprestação de serviços possuem grande problema sobre o controle dos  
35 projetos, informou que o grupo observou que há várias instancias processuais (até  
36 11 onze), e, mesmo assim os processos chegam ao DGP sem condições de  
37 pagamento, a exemplo de: CPF equivocado, embasamento legal errado e/ou  
38 desatualizados. O DGP não pode receber um papel precário e realizar pagamentos  
39 sem consultar os processos originais. O DAF está se empenhando em disponibilizar  
40 um sistema de controle que possibilite o controle e a transparência destes  
41 pagamentos. **1.1.2 Ato do DGP n. 3053/2013** – Comissão para averiguar indícios  
42 de acúmulo de cargos: Acórdão TCU n. 1289/2012-2<sup>a</sup> Câmara; Ofício n.  
43 401/AUDIR/SEGEP/MP, de 06/07/2012 (cruzamento de dados SIAPE e GDF) e  
44 Ofício n. 342/AUDIR/SRH/MP, de 15/10/2012. **Composição:** Priscila Santos

45 Calgaro Moura (DGP), presidente, e Alexandre Romero Salgueiro (DGP). Quanto ao  
46 tema a presidente relatou que, quanto os processos de acúmulo de cargos chegam  
47 ao DGP, já há a identificação das supostas irregularidades e os processos já  
48 chegam ao DGP solicitando as providências administrativas. Destacou que a norma  
49 deve ser divulgada amplamente para evitar que esta situação continue  
50 acontecendo. **1.1.3 – Circular n. 0043/2013/DGP – Retribuição por Titulação (RT)**  
51 – Foi solicitada a ajuda de todos os secretários dos departamentos e institutos para  
52 verificação dos comprovantes de titulação de mestrado e doutorado de todos os  
53 docentes que recebem RT (retribuição por titulação). A presidente destacou que  
54 para atendimento da Recomendação 09 do Plano de Providências Permanente de  
55 2013 da CGU, utilizamos o laboratório de informática do Instituto de Psicologia  
56 (LEP) nos dias 07 e 08/11/2013, de 8 às 18h, a consulta foi realizada nas pastas  
57 digitalizadas dos servidores. **Participaram da força tarefa (7 unidades):** Elizabete  
58 (FM); Maria Denise (FEF); Rosângela (IH); Luana (IdA); Elizânia (FE); Wesley  
59 (CET); Grazielle (FAC). **Até o momento foi verificado pelo DGP (12 unidades):**  
60 Face, CDS, CER, CEPPAC, CDT, CEAM, FAU, IB, ICS, FD, IF e IPOL. **Falta**  
61 **verificar (14 unidades):** IP, FCE, IL, IE, IQ, IG, IREL, FAV, FD, FCI, FGA, FS, FT e  
62 FUP. Informamos que serão enviadas as listas contendo os nomes e a escolaridade  
63 dos docentes para os Institutos, Faculdades e Centros que deverão encaminhar ao  
64 DGP os comprovantes (diplomas) com as respectivas escolaridades. Informou ainda  
65 que, o DGP está verificando todas as pastas funcionais em busca do diploma de  
66 titulação dos docentes. Foi identificado que as pastas funcionais não estão  
67 completas. Sendo assim, o DGP emitiu a circular supracitada e chamou a  
68 comunidade universitária para, em conjunto com o DGP, agilizar a conferência dos  
69 citados diplomas. Agradeceu a presença nominal dos presentes na força de tarefa  
70 realizada. A presidente realizou a citação individual dos centros que o DGP já  
71 verificou e os que ainda faltam a verificar. **1.1.4 – Resolução da CGP n. 003/2013 –**  
72 **Inclusão do nome do professor Alessandro Borges de Sousa Oliveira (FGA) no**  
73 **grupo de trabalho de dimensionamento de vagas de TAE. Citou a inclusão do**  
74 **professor no grupo de trabalho. Aproveitou o ensejo para citar a necessidade em**  
75 **dimensionar a demanda dos técnicos de laboratório. 1.1.5 – Resolução da Reitoria**  
76 **n. 0113/2013 – Prorrogação do prazo estabelecido na Resolução da Reitoria n.**  
77 **0096/2013 (grupo de trabalho para elaborar modelo de dimensionamento de vaga**  
78 **docente). Prazo inicial: 30/10/2013. Prorrogado (60 dias): 30/12/2013. Ainda nos**  
79 **informes destacou que as Unidades devem realizar concursos públicos para**  
80 **docentes até junho de 2014, para que os processos de seleção iniciados e sejam**  
81 **concluídos antes do período eleitoral. Findo os informes, a presidente da CGP**  
82 **iniciou os itens de Pauta: 2. Itens de Pauta: 2.1- Aprovação da Ata da 2ª Reunião**  
83 **da CGP, ocorrida em 08/10/2013. Deliberação: aprovada por unanimidade; 2.2 -**  
84 **Votação da alteração da Resolução CAD n. 04/1998 – Estágio probatório de**  
85 **servidor técnico-administrativo – Foi feita apresentação da minuta de avaliação**  
86 **de estágio probatório. Apresentação: Gabrielle Drago (COGED/DGP); A servidora**  
87 **Gabrielle relatou as providências já adotadas pelo DGP e as alterações realizadas**  
88 **após as sugestões dos membros da CGP. Após a apresentação a presidente iniciou**



89 os debates. A Professora Diana pediu a palavra e questionou a dificuldade em  
90 novos setores de avaliação do servidor, o ideal é que haja um acompanhamento  
91 próximo. A presidente da CGP relatou rapidamente as alterações realizadas  
92 destacando que a nova norma apenas aperfeiçoa a norma anterior. Quanto aos  
93 critérios a professora Diana destacou que foi um avanço, pois a norma anterior não  
94 apontava critérios claros e objetivos. Após as observações e visando facilitar o  
95 andamento da reunião, foram lidos todos os capítulos e registradas as modificações  
96 sugeridas pelos conselheiros: Falou-se da alteração da escala, que passou a ser de  
97 1 a 10; das condições de trabalho (inc. VIII) e o acréscimo do artigo 11 (sobre as  
98 ações de melhorias); Citou-se os arts. 12 ao 17 (onde recomenda-se que haja o  
99 registro de todas as ações tomadas, a exemplo de atas de reuniões e *feedbacks*).  
100 Não haverá impedimento de servidor em estágio probatório poder avaliar outro  
101 servidor também em estágio probatório e caso não haja servidor TAE o avaliador  
102 poderá ser o servidor docente. Medidas de acompanhamento: realização de  
103 entrevista identificando aspectos e sugerindo medidas de melhorias, com o apoio da  
104 área de qualidade de vida. Recursos: tramitará conforme o regimento geral da  
105 universidade, sendo a CGP a última instância. Homologação: haverá comissão ao  
106 final do processo para homologação/ratificação final. Inclusão de responsabilidades  
107 da chefia, dos servidores e do Decanato de Gestão de Pessoas. Casos especiais:  
108 há previsão de avaliação para os servidores cedidos, em exercícios provisórios,  
109 removidos, redistribuídos. Disposições gerais: a Resolução abrangerá todos os  
110 servidores TAE que ingressarem na UnB a partir dessa data. Passada a palavra  
111 para o professor Jurandir Rodrigues de Souza/IQ, este se manifestou de acordo  
112 com a Resolução e sugeriu à CGP uma reflexão quanto ao momento político em  
113 que vivemos (greve dos servidores TAE). Sugeriu que não seria melhor passar,  
114 primeiramente, o processo para a PJU e posteriormente a CGP aprovaria a  
115 Resolução para que politicamente esta aprovação não seja vista como uma afronta  
116 ao momento de greve dos servidores TAE. A servidora Liliane S. Ferreira dos  
117 Santos/ATENS-participante agradeceu o cuidado do professor Jurandir, e  
118 questionou sobre a participação do servidor, se ele será apenas expectador ou se  
119 ele atuará ativamente no processo. A presidente informou que o servidor participará  
120 ativamente inclusive se atribuindo nota. A professora Marilde Loiola de  
121 Menezes/IPOL reafirmou o posicionamento do professor Jurandir e complementou  
122 ainda que, quando o DGP suspendeu a Comissão de Flexibilização, este ato foi  
123 criticado pelo CAD, contudo a Decana de Gestão de Pessoas suspendeu em  
124 respeito ao SINTFUB. A presidente da CGP esclareceu que os membros do  
125 sindicato se apresentaram no início desta reunião, solicitando a suspensão desta 3ª  
126 reunião da CGP, contudo, a presidente se posicionou pela manutenção da reunião  
127 visto que tal suspensão impactaria na implantação da flexibilização e que esta  
128 reunião já foi, anteriormente, postergada e se comprometeu em não deliberar em  
129 assuntos novos, mas apenas com manutenção das sugestões anteriormente  
130 discutidas, visto que tais assuntos já foram executados em reuniões anteriores.  
131 Mediante tais observações a professora Marilde concluiu sua fala manifestando-se a  
132 favor de continuar a votação. A psicóloga Ana Lídia Gomes Gama/FCI se




133 manifestou quanto ao último parágrafo da minuta de Resolução, que não ficou claro  
134 e sugeriu maior discussão. A professora Diana Lúcia Moura Pinto/FCE informou que  
135 o trabalho do DGP clareou e facilitou a identificação das competências. Quanto ao  
136 encaminhamento do professor Jurandir, a professora Diana sugere que a CGP  
137 delibere e encaminhe à PJU, e caso haja alguma questão o assunto retorne para  
138 homologação. A presidente cita que a submissão à PJU será referente à forma e  
139 relata que há questões de conteúdo para deliberação, como o artigo 65, que pode  
140 ser retirado para que não haja possível retirada de direito dos servidores que já  
141 estão submetidos a outras normas. Professora Yolanda Galindo Pacheco/FM  
142 lembrou que não devemos nos esquecer da obrigação de análise da Procuradoria  
143 Jurídica. O professor Augusto César de Mendonça Brasil/FGA questionou a  
144 possibilidade de incluir um período de transição e que, a partir de tal data, a nova  
145 Resolução se aplicará a todos. A professora Diana defende apenas a retirada do  
146 artigo 65. A servidora Gabriele ressaltou que se retirar deverá manter a resolução  
147 anterior para os servidores atuais. A representante da Atens Liliane reinvidicou e  
148 solicitou o direito à voto e manifestação formal. A presidente informou que analisará  
149 o pedido. Com a palavra a professora Yolanda informa que se está tratando de  
150 melhorar devemos tomar cuidado com a palavra ordem. A presidente relembra que  
151 há dois encaminhamentos, aprovação da Resolução ou aprovação de mérito com  
152 encaminhamento à PJU para análise e posterior homologação, ressalta que é  
153 necessário que esta Resolução entre em vigor o mais breve possível. Ouvido todos  
154 os membros as propostas foram à mesa para votação. Decidiu-se pelo  
155 encaminhamento da análise à PJU, com retirada dos artigos 65 a 67. Após análise  
156 da PJU a Resolução retorna à CGP para homologação final, havendo deliberação  
157 apenas se houver alteração de mérito. Deliberação: aprovada por unanimidade. **1.3**  
158 **– Análise da situação dos colaboradores precarizados:** deverá ser criado um  
159 grupo de trabalho para propor critérios para substituição dos colaboradores  
160 precarizados por novos servidores que irão ingressar por meio de concurso público.  
161 Atualmente só temos os nomes da Karla Izabelle (Coordenadora da COEST/DGP) e  
162 do Guedes (SINTFUB). A presidente contextualiza sobre a precariedade das  
163 contratações realizadas nas gestões anteriores, sem documento formal ou critérios  
164 razoáveis de atribuição de salários, carga horária de trabalho, fichas funcionais.  
165 Citou o TAC firmado com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério da  
166 Educação, o Ministério do Planejamento e a FUB, que determina o desligamento de  
167 prestadores de serviços com a entrada dos novos servidores concursados. Informou  
168 que, em novembro do ano passado, a FUB ia ser executada com multa de 1.000,00  
169 reais por dia. Diante dessa situação, a FUB reafirmou o acordo com o MPT,  
170 PJU/FUB e o MEC. Destacou que não é questão de escolha, há a necessidade de  
171 estabelecimento de critérios de desligamento. Passou a palavra para o Jeferson,  
172 Diretor da DPAM/DGP, para apresentar os dados. O servidor Jeferson iniciou  
173 falando da falta de controle sobre as fichas funcionais dos prestadores de serviços,  
174 citou que há servidores pagos fora do DGP, a exemplo da Editora. Citou ainda que,  
175 houve um recadastramento, no final de 2012, onde o DGP elaborou uma pasta  
176 sobre o perfil de cada prestador de serviço. Apresentou ainda a folha de pagamento

177 dos precarizados e destacou que de janeiro a outubro de 2013 já houve queda da  
178 folha de aproximadamente 400.000,00 reais. Ressaltou a preocupação inicial de  
179 saber onde os colaboradores estão lotados na FUB e quais as formas de  
180 pagamento desses colaboradores. Informou que foram identificados casos em que o  
181 prestador possui uma forma de pagamento e concomitantemente recebe outras  
182 bolsas por meio de participações externas. Foi realizado também um trabalho de  
183 campo em que o DGP em conjunto com as demais unidades da FUB conseguiu  
184 identificar a lotação destes na FUB. Ressaltou que com o ingresso dos novos  
185 servidores deverá haver o desligamento dos prestadores a partir de critérios de  
186 substituição, para que o desligamento seja realizado de forma clara e transparente,  
187 havendo justificativa, bem como os critérios para os desligamentos, que devem ser  
188 feitos de forma transparente. Deve-se observar ainda que não podemos neste  
189 momento por em risco a qualidade dos serviços prestados, visto que existem  
190 setores em que há 40% da força de trabalho constituída por precarizados.  
191 Atualmente o DGP já possui o levantamento dos dados desses prestadores, que  
192 será repassado ao grupo de trabalho que será instituído, para subsidiar as tomadas  
193 de decisões e estabelecimento de critérios. A presidente alertou quanto à  
194 ilegalidade dessas contratações. Ressaltou a necessidade de criar uma Comissão  
195 para estabelecer esses critérios. Com a palavra o professor Jurandir se manifestou  
196 favorável a participar da Comissão, agradeceu pela disponibilização dos dados por  
197 parte do DGP. Citou que poucas unidades acadêmicas possuem prestadores. Os  
198 prestadores se concentram nas áreas meio, de apoio. Finalizou sua fala concluindo  
199 que será um grande desafio, pois não temos o número necessário para substituir  
200 totalmente os serviços precarizados. A presidente da CGP informou que o CAD  
201 constituiu comissão para analisar a situação. A Comissão realizou dimensionamento  
202 de vagas das unidades administrativas e acadêmicas. O Diretor/DPAM/DGP  
203 Jeferson ressaltou que a observação do professor Jurandir é relevante. A professora  
204 Mônica Regina Peres/FCL informou que possui 3 precarizados na FCL que estão lá  
205 já faz 10 anos e que eles nunca receberam "13º", a servidora Yolanda e Perla  
206 confirmaram tal informação. A presidente se comprometeu em trazer os dados dos  
207 pagamentos de "13º" para apresentar à CGP, visto que o DGP está pagando o  
208 "13º". A professora Diana ressaltou que realmente salta aos olhos o quantitativo alto  
209 de precarizados nas áreas administrativas. Parabenizou o DGP pela transparência e  
210 divulgação dos dados apresentados à comunidade acadêmica. Quanto ao CESPE,  
211 citou que este problema findará em breve. A ODONTOCLÍNICA sairá da FUB e irá,  
212 possivelmente, para a APOSFUB. Após os debates a presidente solicita voluntários  
213 para participar da Comissão. A professora Elizânia se manifestou para participar e a  
214 presidente convidou a prestadora Perla e a Liliane. Diante disso, foram postos à  
215 mesa os nomes dos membros da Comissão: Profº Jurandir Rodrigues de Souza/IQ  
216 (como o Presidente da Comissão), Karla Izabelle de Holanda de Bastos Fernandes  
217 de Lima/DGP, Antônio César de Oliveira Guedes/SINTFUB, Elizânia de Araújo  
218 Gonçalves/FE e Liliane S. Ferreira dos Santos/ATENS. **Deliberação:** a Comissão foi  
219 aprovada por unanimidade. Contudo, o servidor Guedes encaminhou e-mail  
220 eletrônico para dgpcgp@unb.br, em 20/11/2013, às 11:45, informando que não

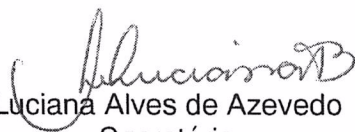


221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236

poderá participar da reunião e que sua ausência não será prejudicada visto que a comissão já possui representação dos técnico-administrativos em educação. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e cinquenta e oito minutos, a Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual eu, Luciana Alves de Azevedo, Secretária da Câmara de Gestão de Pessoas, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será subscrita por mim e pela Presidente.



Gardênia da Silva Abbad  
Presidente



Luciana Alves de Azevedo  
Secretária